

SESSÕES DO PLENÁRIO

39ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 6 de janeiro de 2021. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, 14h46, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há orador inscrito no Pequeno Expediente.

Não há orador inscrito no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: O.k., Sr. Presidente. Presidente, eu quero, antes de entrar na fala de conteúdo, mais uma vez, marcar o desconforto da frente de esquerda em relação à convocação das nossas sessões.

Na sessão anterior, nós fizemos uma fala nesse sentido. V. Ex.^a esclareceu que regimentalmente isso estava permitido: a convocação que fosse feita numa mesma sessão ou em Diário Oficial. Mas me parece que, analisando o Regimento Interno, Sr. Presidente, o sentido dessa possibilidade de convocação da sessão extraordinária está relacionado, primeiro, a uma informação que já seria de pronto divulgada para o conjunto de deputados e deputadas – ou seja, se a sessão vai ser convocada extraordinariamente numa mesma sessão, então todos os deputados e deputadas ali participantes já teriam informação sobre a realização dessa sessão – ou no sentido de uma sessão que realmente justificasse algo que a realidade impusesse. A realidade se impõe, um grande fato acontece, e nós, como deputados e deputadas, não podemos ficar de mãos atadas e deixar de intervir.

Eu digo isso porque, Sr. Presidente, nós estamos fazendo uma sessão agora, às 14h46min. Por que isso está acontecendo? Porque nós estamos fazendo num horário que tradicionalmente seria de uma sessão ordinária, mas que vai ser feita às 2h46min, porque não é precisamente no horário da sessão ordinária, para se respeitar formalmente o Regimento. E, aí, se convoca uma sessão no prazo de 3, 4 horas de antecedência, como foram os casos das sessões que a gente teve a divulgação, no Diário Oficial, no mesmo dia.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque, apesar de nós termos dois grandes blocos aqui, e o PSOL, a frente de esquerda, o PCB e a Unidade Popular não estarem na composição de nenhum desses dois blocos, nós precisamos estar informados sobre o conteúdo com alguma antecedência, para que a gente possa preparar o melhor debate possível neste Plenário. E, para nós, tem se tornado, de alguma forma, asfixiante saber da realização das sessões com algumas horas de antecedência. V. Ex.^a sabe, porque várias vezes me retornou em relação à realização das audiências, qual seria o conteúdo. Eu não posso me queixar em relação a isso. V. Ex.^a está sempre disponível. Mas entendo que tem a sua agenda, e existem as possibilidades de coincidência, de não se retornar. E, sobretudo, isso acaba acontecendo com antecedência muito pequena com relação à realização das sessões.

Então, eu queria deixar aqui, mais uma vez, registrada a nossa insatisfação em relação a isso. Para nós, as sessões, elas devem ser convocadas com 24 horas de antecedência, porque nós precisamos, primeiro, ter muita transparência em relação ao conteúdo dessas sessões. E nós precisamos ter o tempo necessário para preparar minimamente a intervenção neste Plenário, para que tenhamos sessões realmente produtivas para a totalidade dos deputados e deputadas.

A nós, ao PSOL, é dado o direito de não estar nem num bloco nem no outro. Essa é a nossa opção. Mas nosso mandato não pode ser... Não estou dizendo que essa é a intenção de qualquer deputado aqui, de qualquer liderança, muito menos de V. Ex.^a, mas, na prática, pelos acordos que são feitos entre os dois blocos e que nós ficamos sabendo em cima da hora da realização das sessões, a nossa intervenção tem ficado comprometida.

Então, nós queríamos marcar essa situação aqui sobre a necessidade, de fato, de nós chamarmos sessão extraordinária de sessão extraordinária. Nós estamos aqui

fazendo uma sessão extraordinária que começa às 14h46min porque se precisa encaixar no Regimento, nas possibilidades do Regimento, a formalização dessa sessão. E, a nosso ver, de alguma forma, isso vai de encontro ao próprio sentido do Regimento, que marca as 24 horas, sem engessar a Casa, porque se acontecer, é realmente uma situação extraordinária, a sessão pode ser marcada, de importância extraordinária. Mas, sem engessar a Casa, afirma as 24 horas, porque qualquer deputado (...)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) deve ter a possibilidade de preparar a intervenção da sua representação partidária nas sessões que vão acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu que lhe agradeço, deputado Hilton.

Deputado Hilton, eu quero dizer a V. Ex.^a que desde que foi encerrado o acordo... Nós tínhamos um acordo na Casa sobre as sessões deliberativas e voltamos a ser regidos pelo Regimento Interno. Então, as normas criadas para as votações remotas, elas foram substituídas pelo Regimento.

O Regimento da Casa é muito claro. A sessão extraordinária poderá ser convocada pelo presidente da Assembleia Legislativa, mediante requerimento de 1/3 dos membros da Casa, por deliberação do Plenário. É requerimento escrito por qualquer deputado. Qualquer deputado, qualquer um dos deputados pode fazer um requerimento. A sessão, quando ela é convocada por 1/3 dos membros da Assembleia... agora, agora, agora, agora, se eu receber um requerimento para convocar uma sessão para ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, eu preciso fazer. É regimental, é obrigação nossa fazer. (Lê) “(...) *Sempre que for convocada sessão extraordinária, o Presidente comunicá-la-á aos Deputados em sessão, ou mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico Legislativo*”. E assim foi feito.

Então, essa sessão foi convocada às 14h46min para, justamente, respeitar o limite de tempo regimental. Porque se a sessão ordinária de hoje tivesse tido quórum, esta sessão aqui não seria necessária. Mas como não teve e nós já estamos aptos a votar o PPA, é por isso que estamos fazendo. Entendo V. Ex.^a. Nós estamos procurando, ao máximo..., Mas diante do dinamismo que acontece na nossa Assembleia, muitas vezes precisamos fazer com que a tramitação seja mais rápida.

Mas gosto muito de V. Ex.^a, deputado Hilton, e vou procurar, ao máximo, sempre fazer essa comunicação. Assim que nós formos convocar, vou pedir à nossa equipe que, no dia anterior, entre em contato com V. Ex.^a e já passe as convocações para que V. Ex.^a tenha tempo de se debruçar sobre os projetos, de estudar para fazer as intervenções com mais profundidade. O.k.?

Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo do... o líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Deputado Rosemberg, continuará com aquela formatação e só falará nos últimos doze?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Continuará, Sr. Presidente. Continuará.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Com a palavra o deputado Prisco, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Prisco. Deputado Prisco. Som para o deputado Prisco. Pronto, já estamos aí... Só 1 minuto. Deputado Sandro, V. Ex.^a utilizará os outros tempos? Deputado Sandro Régis... Então vamos escutar primeiro o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Está tranquilo, presidente, posso aguardar o líder falar. Não tem problema, não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, pode seguir, deputado. V. Ex.^a tem dez... São 14h49min. V. Ex.^a tem até às 15 horas.

O Sr. Soldado Prisco: Tem uns microfones abertos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Feche o microfone, por favor, Ernâni. Até às 3 horas, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, boa tarde a todos desta Casa Legislativa. Venho aqui, com tristeza e pesar, falar sobre a tragédia que aconteceu em Salvador, na praia de Jaguaribe, onde três pessoas perderam suas vidas. E, comprovadamente, duas delas não tinham nada a ver com aquele fato. Dois adolescentes, de 20 e 16 anos, na flor da vida, com tudo que poderiam viver, e uma tragédia aconteceu, às 3 horas da tarde, numa das melhores praias de Salvador. É um verdadeiro absurdo o que vem acontecendo com a violência em nosso estado.

Eu espero que o governador do estado, realmente, olhe para essas vidas. Veja que são jovens que estão perdendo as vidas. Não é mais apenas o jovem que está envolvido no crime, que também foi uma vida perdida, mas foram jovens com família. São trabalhadores, pais de família que estão sofrendo neste momento pela perda de dois adolescentes.

Então, é um absurdo isso acontecer. Salvador está dominada pelo crime. O tráfico de drogas e a criminalidade têm dominado os bairros de Salvador e nós não vemos, realmente, uma medida para mudar essa realidade. Medida essa que possa apontar diretamente para o homem, para aquele que faz a ponta, aquele que faz a linha, que faz esse combate à criminalidade.

Sempre digo que os policiais que estão no front, sejam eles policiais civis ou militares, sabem a realidade do que está acontecendo no nosso estado, sabem o sofrimento pelo qual eles estão passando. Nós temos uma Polícia Civil totalmente desestruturada, sem condição nenhuma, com salários péssimos, delegacias sem estrutura alguma. Nós temos policiais militares “enxugando gelo” também, com os

salários congelados há 6 anos, salários horríveis. Tudo aumentando e o salário como está aí, não temos um aumento do efetivo na nossa corporação. As condições de trabalho são péssimas para os policiais militares.

Então é chegada a hora de o governo sentar com a categoria para ver, realmente, o que é que está acontecendo. Não adianta trocar uma peça lá em cima, um comando aqui, outro comando ali, porque isso não vai resolver, como está provado com os números da violência que está acontecendo em nosso estado. Todos os dias estamos perdendo as nossas vidas.

Até quando o governo do estado vai assistir a isso? Até quando? Será que ele está insensível à dor dessas famílias e ao número de homicídios que só cresce na Bahia? Como é que vai se combater isso? Trocando “a” ou “b”? Tem de olhar aquele que está na ponta, aquele que está fazendo, tem de ver a causa disso. E uma das causas disso é o desestímulo total do policial militar, do policial civil que está na ponta, que não está rendendo mais o que poderia render porque não tem condições, está totalmente desestimulado. Para combater um crime desse é só a questão da segurança pública? Não. Mas é um dos pontos fundamentais.

O governo não senta, não dialoga, não avança em nada para a nossa categoria. Encaminhou um projeto para esta Casa – V. Ex.^a sabe disso, tivemos uma reunião com V. Ex.^a e com os membros da Aspra – e é um projeto horrível. Foi sentado, foi discutido, foi dialogado com o governo, em 2013, sobre esse projeto de lei, cujo custo é zero para o estado, em relação à arrecadação. E, mesmo assim, o estado, em vez de ouvir a categoria, encaminha um projeto extremamente danoso para a nossa categoria.

É chegado o momento de o governador do estado ouvir, de, realmente, descer do salto e ouvir a categoria, participar desse debate, ver o que está acontecendo. A violência na Bahia já passou do nível sustentável, está em níveis absurdos. O governo fez um concurso para 2 mil pessoas, para 2 mil policiais, chamaram mil, mas não chamaram os outros mil. Dizem: “Ah, não tem condições”.

Qual é a prioridade do governo do estado? É ou não é a segurança pública? A violência está aí. Você pode ir para as ruas fazer entrevista com qualquer cidadão que ele vai ver que é prioridade, mas o governo parece que não entende isso como prioridade. Está lá no seu palácio, no seu conforto, com a sua segurança, que são policiais, e não está entendendo o problema da população.

Então, como deputado estadual, como fiscalizador do Executivo, cobro ao governador do estado medidas efetivas: o imposto zerado, o ICMS, para a compra de armas e equipamentos bélicos para os policiais, tanto militares como civis, como também para os agentes penitenciários. Está nesta Casa projeto, inclusive, de minha autoria, e o governo não aprova. O custo do governo para isso é zero, praticamente. “Ah, iria perder imposto”, mas é muito pouco, pois seria só para essas três categorias. E as categorias que não têm armamento, o instrumento do seu trabalho, que é o instrumento mais caro do Brasil hoje, com o imposto caríssimo que chega a 41%.

Nada esse governo faz para melhorar a nossa categoria. E a resposta está aí. O que é que importa, seja lá o comando-geral, ou o delegado-chefe, ou a delegada-chefe

que foi agora, passar para o estado números que não são a realidade. A realidade está nas ruas, a realidade está no que aconteceu ontem e no que está acontecendo toda hora. Hoje, já houve vários homicídios na cidade, amanhã não vai deixar de acontecer, porque não há um combate efetivo. Não está se tratando daquela pessoa que faz a ponta. Infelizmente, a Bahia vai viver esses tempos. Eu espero que, realmente, o governo do estado melhore a situação da Segurança Pública olhando, principalmente, para aquele que faz a ponta, para aquele que faz o combate real. Aquele, sim, merece atenção, que está, infelizmente, enxugando gelo.

Então, esse é um pedido, presidente, que eu faço, para que esta Casa também cobre do governador do estado para que não aconteça o que aconteceu ontem. Todos os dias estão morrendo pessoas, não é só o caso de Jaguaribe, porque aquele foi um escândalo, um absurdo que vem acontecendo em nosso estado. Eu peço ao governador do estado que olhe para a Segurança Pública, dê prioridade àqueles que fazem a ponta na Segurança Pública, que arriscam suas vidas todos os dias. Os verdadeiros heróis, policiais civis e militares que fazem esse combate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sandro, o seu microfone está aberto. Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 10 minutos, pelo tempo do Patriota, PSL, PSC.

O Sr. Sandro Régis: Não haverá orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, vai usar o último tempo?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sim, vai usar, durante 6 minutos, o deputado Zé Raimundo e, durante 6 minutos, o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 6 minutos. V. Ex.^a inicia às 15h6min, podendo ir até as 15h12min.

Deputado Zé Raimundo, deputado Zé Raimundo.

Deputado Rosemberg, inicie, depois a gente tenta contactar o deputado Zé Raimundo, ele não está desbloqueando o telefone.

Com a palavra, o deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, primeiro, dizer que, hoje, pela manhã, nós aprovamos dois projetos extremamente importantes. Um, do ponto de vista da gestão do estado, que é o Orçamento para 2021, obviamente estou falando nas comissões, e o Projeto do Fundo Garantidor para a Execução da Ponte Salvador-Itaparica, Itaparica-Salvador, que vai criar um novo vetor de desenvolvimento para a nossa região.

Um debate extremamente esclarecedor dos dois projetos e, como havia falado com o deputado Sandro Régis, o fundo garantidor foi votado por consenso, à exceção da posição do deputado Hilton Coelho, nós gostaríamos que pudéssemos já levar ao

Plenário hoje, Sr. Presidente, numa sessão extraordinária, estou pedindo inclusive para Nei apresentar o requerimento com o objetivo de apreciar, se houver a concordância certamente do deputado Sandro Régis, por conta dos prazos regimentais. Para além disso, também o nosso Orçamento, que daria para, se pudéssemos, nos próximos 20 dias, planejarmos melhor o ano de 2021.

O governador está extremamente preocupado, antenado e tomando medidas para a Segurança Pública. É sabido de todos nós que tivemos uns contratempos na Secretaria de Segurança Pública, mas que medidas imediatas foram tomadas pelo governador no sentido de não interromper o trabalho de segurança para proteger a sociedade e também para proteger os policiais, porque não adianta proteger a sociedade se os policiais não estiverem também trabalhando com segurança, com condições adequadas para que possam realmente fazer o seu trabalho diário.

É natural que tenham algumas ações que estão fora do controle. As medidas, deputado Prisco, têm sido tomadas e têm contado muito com essa valorosa categoria da Polícia Militar e da Polícia Civil, V. Ex.^a faz parte do quadro da Polícia Militar.

A exemplo de hoje, pela manhã, houve uma ação da Polícia Militar com a Polícia Federal no combate a esse crime organizado, em especial, a essa questão de assaltos a bancos, a caixas bancários, que tinha paralisado e retornou ultimamente aqui na Bahia. É natural a Segurança Pública, V. Ex.^a sabe, todos sabem que é uma ação conjunta num país da dimensão do Brasil. Se não estivermos fazendo uma ação integrada, o crime se reloca. O crime, para essas pessoas, é uma indústria que busca oportunidades e no momento em que se acentua a ação num determinado local há migração para outros. É sempre assim: toda vez que diminui a incidência desses crimes aqui na Bahia, amplia em outro local, porque, na minha opinião, precisa de uma política integrada de Segurança Pública...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Para concluir.

(...) lamentavelmente, a Presidência da República, que teria o papel de coordenar essa ação, acaba não fazendo. Isso gera um problema para os estados, a exemplo do que V. Ex.^a colocou.

Mas espero que a gente supere isso rapidamente, porque a Bahia precisa continuar sendo este local aprazível e seguro para a população que mora aqui e para os seus visitantes.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Nobre presidente Nelson Leal, colegas deputados, deputadas, líderes partidários, realmente nós estamos iniciando o ano de 2021 em um cenário extremamente desafiador, segundo os analistas, tanto do ponto de

vista da economia quanto, principalmente, na questão da saúde, ou seja, o combate à pandemia. Todos esses especialistas estão sem segurança em relação ao desdobramento desta crise que vem aí assolando o mundo inteiro, com repercussões ainda mais negativas no Brasil, em decorrência desta conjuntura política que estamos vivenciando.

Naturalmente, Sr. Presidente, colegas deputados, teremos um ano em que vão ser necessárias muitas discussões e reflexões. Vamos precisar acompanhar na Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle e na de Serviço Público o andamento da economia da Bahia e as medidas do governo com relação, principalmente, à manutenção do equilíbrio fiscal.

Li o artigo do nobre e querido secretário Manoel Vitório, publicado no jornal *A Tarde*, no qual ele demonstra – tivemos, evidentemente, a reunião da comissão no último período, mas ali ainda faltavam 4 meses desse balanço sistemático, embora ele já demonstrasse isso – a preocupação do nosso governador em fazer um grande esforço para manter o equilíbrio fiscal da Bahia.

Na verdade, são 5%, 6%, 7% de queda do PIB. Claro que a economia começa a ser retomada, sobretudo, na indústria e no comércio – o setor de serviços ainda está extremamente deprimido –, mas vamos ter 3 meses, 4 meses com muitos desafios. Os municípios também estão sem poder desenvolver as suas atividades por conta desse agravamento.

Enfim, o cenário é de que teremos, até março, o aumento da pressão sobre a saúde, em vez de diminuir.

Portanto, Sr. Presidente, acho que a Assembleia fez um grande esforço no ano passado, quando V. Ex.^a conduziu de forma muito pedagógica e, diria, consensual a gestão da Casa. E agora todos nós, deputados e deputadas, precisamos acompanhar as medidas governamentais e dialogar bastante com o governo. Todos nós precisamos estar ao lado das medidas que garantam o funcionamento da máquina pública – saúde, estradas, assistência social –, para que assim, lá pelos meses de maio ou junho, tenhamos um novo cenário que nos permita desenvolver um novo ritmo da economia, com a retomada do emprego e da renda dos brasileiros.

Nesse sentido, Sr. Presidente, discutimos hoje esse Orçamento de R\$ 48 bilhões, ainda com uma carga muito grande para algumas atividades meio, como é o caso da Assembleia, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça. Também é uma carga muito grande a questão da Previdência dos servidores. Enfim, são tarefas gigantescas que o governo vai ter, além, evidentemente, de melhorar a qualidade dos serviços, Sr. Presidente.

Então, parece-me que esse Orçamento vigorará ainda em uma situação, no geral, preocupante da economia brasileira. Mas é o que nós temos para oferecer ao povo da Bahia. Precisamos intensificar o debate, a participação popular, a discussão, a interlocução. E também precisamos, principalmente, apoiar o governador Rui Costa naquilo que for para o bem da coletividade da Bahia, Sr. Presidente.

São essas as minhas considerações.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para parabenizar a Polícia Militar de Vitória de Conquista, que tem feito um trabalho excelente. Graças aos nossos comandantes, o coronel Ivanildo e os seus comandantes das companhias independentes, nós temos reduzido muito o índice de violência lá.

Não é vaidade, mas temos apoiado – eu e o deputado federal Waldenor Pereira, além, evidentemente, do governador Rui Costa com toda a sua equipe – e colocado recursos para melhorar a segurança pública em Vitória da Conquista. Também melhoramos a infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal com emenda de Waldenor Pereira; e colocamos, ao lado de Fabrício, ambulância para as nossas companhias.

De forma que nós temos hoje uma Polícia Militar extremamente atuante, respeitando a cidadania. E esse é um ponto que é preciso articular: combater a marginalidade, mas sem deixar que a Polícia Militar seja uma ferramenta de violência contra o povo da Bahia, Sr. Presidente.

Estamos iniciando este ano com a aprovação dessas duas peças: o Orçamento e o Fundo Garantidor, que vai desenvolver um grande projeto, a Ponte Salvador-Itaparica, com a presença dos chineses. Atenção! Quem não gostar de chinês se afaste da Bahia, porque eles estão chegando definitivamente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Capitão Alden. (Pausa) Com a palavra o deputado Capitão Alden. Abram o microfone.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e também todos os demais deputados.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, antes de entrarmos na Ordem do Dia, para fazer um alerta aos novos parlamentares, já que se encontra nesta Casa – com prazo de apresentação de emendas até o dia 12 de janeiro – um projeto de lei, de origem do governo estadual, que tentará estabelecer o fim da prisão administrativa no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Tudo isso em razão de uma legislação federal, aprovada no ano passado, que determina que todos os estados devem alterar os seus regulamentos, os seus estatutos para se adequarem a essa norma federal. E esta substitui a pena de privação de liberdade, a prisão administrativa, pela suspensão pecuniária dos salários por até 90 dias.

Então eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar o ensejo para esclarecer aos nobres parlamentares que, em breve, após findado o prazo de apresentação das emendas a este projeto de origem do Executivo, os impactos e os efeitos desta legislação, caso venha a ser aprovada, aqui, no estado da Bahia.

Hoje, a prisão administrativa, ela é cabível em determinados tipos penais, em determinados tipos de crime, que são aplicáveis seja no Código Penal Militar, seja no Código Penal. A grande maioria das medidas, para a previsão da prisão administrativa, está relacionada a crimes não graves, crimes esses que não ensejariam, efetivamente, na demissão do policial militar.

Mas, mesmo sendo findados, mesmo sendo eliminada a prisão administrativa, ele vai incorrer em medidas tão ou mais graves quanto a própria prisão administrativa.

Há um exemplo disso para vocês entenderem melhor.

Há um policial militar sendo condenado, penalizado, com a suspensão dos salários por até 90 dias. Isso fere de morte princípios constitucionais, inclusive, a não imputação de pena, de penalidade à pessoa, além daquela que se quer apenar.

Ou seja, além de punir o policial com até 90 dias de suspensão total dos salários, isso vai penalizar a família desse policial como o seu filho, a sua filha, a sua esposa. Esse policial vai deixar, inclusive, de pagar mensalidades; vai deixar de pagar plano de saúde; vai deixar, inclusive, até de prover a própria subsistência ao não mais comprar a sua própria alimentação por conta de uma suspensão.

Então, nós estamos fazendo uma série de emendas a esse projeto, visando a minimizar os impactos gravosos dessa medida. É interessante que o governo do estado até hoje... O governo do estado, até hoje, não apresentou outras propostas que visem a garantir uma melhoria salarial dessa categoria.

Eu apresentei, inclusive, uma proposta de lei, de origem... para indicar ao governador, inclusive, a indicação da insalubridade, da periculosidade, pois, até hoje, o governo do estado sequer parou para discutir essa questão do projeto de lei, visando a inclusão dessa medida.

O Soldado Prisco falou a respeito da possibilidade da garantia da redução do ICMS para a compra de armas dos policiais militares. Isso é uma medida importantíssima visando ao devido equipamento desse policial.

Eu apresentei, inclusive, uma proposta de lei, para ser indicada ao governador, para que as armas da Polícia Militar, que estão sendo substituídas pelas *drops*, possam ser utilizadas, inclusive, como uma forma de venda, a permissão onerosa, a cessão onerosa para o policial militar para que ele possa comprar, pela própria polícia, por parte do próprio estado, esses equipamentos que ainda têm condições de serem utilizados pela Polícia Militar, pelo policial militar, por preços mais baratos, sem juros e descontados no contracheque.

Então, a possibilidade de posição dessas armas vai proporcionar, sim, uma melhoria na autodefesa desses policiais que estão sem condições de comprar o seu próprio armamento, considerando os baixos salários na Polícia Militar da Bahia e a alta carga de impostos que temos aí com relação à compra e à aquisição desses equipamentos.

Então, é importantíssimo a gente discutir este projeto de lei que é nefasto, pois acaba com a carreira policial.

Esse projeto, com certeza, contrariando a própria palavra do deputado Rosenberg, líder do Governo, não está criando nenhuma situação de combate ao crime.

Essa situação é a de penalizar o policial que já não tem acesso à assessoria jurídica gratuita. Por exemplo, hoje, o policial vai para a rua e se envolve numa ocorrência. E se ele se envolver numa ocorrência, ele tem que pagar do próprio bolso um advogado, porque o estado não dá defesa gratuita. Ele tem que arcar com esses custos.

Se o policial militar for penalizado com as medidas que já estão em vigor no Estatuto, vem, agora, mais a possibilidade da suspensão por até 90 dias dos seus salários e dos seus proventos. A categoria dos policiais possui um alto índice de estresse. Um alto índice de policiais pode estar cometendo suicídio em razão de uma série de desfavores que este governo tem praticado contra a categoria.

Quase 10 anos ou mais de 10 anos sem aumento real no salário dos policiais, falta de adequação do salário mínimo com os postos de graduações, de acordo com o que é previsto no Estatuto, uma vez aumentando o salário mínimo, tem que haver o repasse para os policiais militares.

Ou seja, nós temos um governo que, infelizmente, não tem atendido, minimamente, aos interesses dos policiais militares, não apresenta, para esta Casa, projetos de relevância para a segurança do policial, da melhoria da qualidade de vida e profissional desses policiais.

Agora, vem com um projeto que nem sequer foi discutido pelas categorias. Vem com um tal de Código de Ética, que nem foi apresentado às instituições e às associações representativas, tirando direitos, eliminando uma série de garantias e de direitos individuais e coletivos que não foram discutidos com as associações representativas e, muito menos, com os parlamentares que representam essa categoria.

Então, ficam, aí, Sr. Presidente, o nosso alerta, a nossa posição com relação a esse projeto.

Esperamos que, de fato, esses deputados não votem a favor deste projeto nefasto, pois prevê a suspensão dos proventos dos policiais por até 90 dias.

Sendo que, eu acredito, Sr. Presidente, antes de a gente adotar uma medida nefasta como esta, como a de suspensão de salários de uma categoria, sem antes corrigir os vícios, as falhas, sem garantir as devidas melhorias para essa categoria...

É estranho, é assim muito difícil de se defender uma causa dessa quando nós mesmos, parlamentares, temos o Regimento na Casa que diz, inclusive, que a falta de parlamentares nas comissões ou nas sessões plenárias ou em toda e qualquer atividade que requeira a presença do parlamentar, podendo inclusive ter, parcialmente, seus salários reduzidos em função dessas faltas, nem mesmo nós aplicamos.

Então, aquilo que a gente não quer para os outros, não podemos praticar, dar margem para ser praticado.

Então a gente precisa realmente repensar sobre a questão e valorizar as atividades policiais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu que agradeço, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Obrigado, presidente.

Sr. Presidente, eu ouvi as falas do líder Rosemberg e, também, do nosso deputado Zé Raimundo sobre a questão da segurança pública. Esse combate que teve, agora, inclusive essa operação, Rosemberg, que teve aí, é fruto desses heróis, que estão nesse combate sem condição alguma de trabalho. Entendeu?

O governo de estado, referente a esse projeto que está aí agora, não é apenas a questão da suspensão dos 90 dias o efeito danoso. O governador Rui Costa era secretário à época em que o acordo foi assinado em 2013. V. Ex.^a e os líderes do governo têm ciência desse acordo, pois, nele, foi discutido com as entidades de classe, com cinco secretários do governo, o Comando Geral da PM, à época, seis meses de debate.

Foi criado um GT, Grupo de Trabalho, publicado no Diário Oficial para discutir esse projeto. Foi aprovado o projeto e encaminhado para a Casa Civil. Esse projeto foi debatido, ou seja, não é esse projeto que está na Casa. Trata-se do projeto está na mão do governo.

Não entendemos por que o governo encaminha um projeto tão ruim para a categoria. Não se trata, apenas, da questão do corte de salário de 90 dias, que é uma aberração, pois não tem sentido algum. Há, também, a questão da não promoção que o policial está respondendo, a questão da ampla defesa e do contraditório, que não está nesse projeto; da razoabilidade, que não está no projeto; do respeito à lei federal que foi aprovada, que também não está nesse projeto, e assim o torna inconstitucional.

O mais salutar, neste momento, já que o prazo de emenda se encerra dia 12, é apresentarmos um substitutivo do projeto inteiro, aquele que foi discutido na Mesa, nós apresentamos... aquele que foi discutido está na Assembleia. E se o governo quiser aprovar, pode aprovar esse projeto que foi discutido com todo mundo. Mas se não, o governo poderia retirar o projeto, conversar com a categoria, conversar com as associações e, aí, sim, encaminhar a votação desse projeto. Não desta forma que está sendo colocada aí, que traz um dano terrível para a nossa categoria. Categoria que não tem reajuste salarial, que não tem insalubridade, não tem periculosidade e que também foi assinado um acordo em 2014, que o governo não cumpriu. A única categoria de trabalhadores do estado que não tem insalubridade e periculosidade. Esses heróis que foram elogiados aí pelo líder do Governo, por Zé Raimundo, esses heróis não têm o reconhecimento no dia a dia.

Então, é importante que o governador do estado veja o que está acontecendo na Segurança Pública, sente e dialogue. O projeto de zerar o ICMS foi de minha autoria

nesta Casa, foi aprovado na Mesa Diretora, está com o governador, e ele, simplesmente, não encaminha o projeto para Assembleia Legislativa.

Então, assim, eu acho que é chegado o momento de o governo dialogar com a categoria, ver realmente o que está acontecendo... porque só trocar a peça, como o deputado Zé Raimundo – me desculpe, deputado Zé Raimundo... não é comandante, com todo respeito aos comandantes, que faz a rua. Quem está na rua são os praças, quem está no combate, no dia a dia, são os praças. Esses, sim, merecem todo o nosso respeito, esses, sim, merecem que o governo olhe, porque são eles que estão enfrentando essa criminalidade, sem condições nenhuma. É como os policiais civis, que estão nas delegacias também sem condição nenhuma de trabalho.

É importante que o governo sente, avalie essa situação, debata com a categoria, retire esse projeto e também avalie as demais condições de trabalho, de salário, que estão péssimas nos tempos de hoje. Por isso, o retrato da violência. Não é de agora, não; isso tem 10 anos que só vem crescendo e aumentando, como aconteceu agora, em Jaguaribe. Infelizmente, se o governo não se movimentar, vai acontecer todo dia e toda hora. Temos de valorizar os policiais militares e os policiais civis que estão fazendo a ponta do serviço na Bahia.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam.... Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade em 2ª votação o Projeto de Lei nº 23.994/2020.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 23.994/2020

Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2020-2023, conforme previsto no art. 8º da Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019.

Parágrafo único - A Revisão do Plano Plurianual 2020-2023 decorre de ajustes necessários face a mudanças observadas nos cenários social, econômico e político do Estado e da necessidade de aprimoramento de componentes e atributos identificada após a conclusão do processo de elaboração do Plano.

Art. 2º - Considerando que a estrutura programática do PPA é composta pelos componentes Programa, Indicador, Compromisso, Meta e Iniciativa, constitui-se escopo de Revisão:

I - as alterações de atributos de componentes;

II - as inclusões de componentes;

III - as descontinuações de componentes.

Art. 3º - Fica o Plano Plurianual 2020-2023 alterado para o exercício 2021, nos seus componentes e atributos, conforme detalhado no Anexo I - Relatório Demonstrativo da Revisão, que integra esta Lei.

Art. 4º - O art. 5º da Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º -

§ 1º - Para os fins desta Lei, conceitua-se:

I - Compromisso: componente do PPA associado ao Programa Temático que descreve um objetivo setorial a ser cumprido por meio da entrega de bens ou serviços;

II - Meta: componente do PPA associado ao Compromisso que expressa a medida do alcance do Compromisso, devendo ser territorializada e, quando pertinente, associada à proposta da Escuta Social;

III - Iniciativa: componente do PPA associado ao Compromisso que expressa as Ações de Governo.

§ 2º - As ações orçamentárias serão elaboradas considerando as iniciativas, e garantindo a compatibilização entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.”

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 2021.

Deputado Vitor Bonfim
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (Silêncio)

Deputado Sandro Régis...

O Sr. Sandro Régis: Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro, tem aqui um requerimento de convocação do deputado Rosemberg e, obviamente, ela só poderá ser realizada se V. Ex.^a fizer o acordo para votar o Orçamento hoje. Como é que V. Ex.^a se posiciona?

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, nós votamos o Orçamento, hoje, na comissão, pela manhã e o relator foi o deputado Diego. Na comissão, eu conversei com os parlamentares e pedi que nos fosse encaminhado o parecer do Orçamento para que os nossos deputados, que fazem parte da comissão, pudessem estudá-lo. E a Oposição não tem nenhuma opinião firmada e nem se sente segura em votar o Orçamento ainda.

Então, eu peço, aqui, paciência, mas nós não podemos votar uma matéria que nós não temos nem conhecimento e nem segurança para proferir o nosso voto em Plenário.

Então, Sr. Presidente, devido a essa dificuldade, a Oposição fica impossibilitada de votar o Orçamento hoje.

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., deputado Sandro.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pela ordem.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, quero só que registre o nosso voto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Voto contra, não é?

O Sr. Hilton Coelho: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Registrado, deputado Hilton.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Na realidade, o requerimento versa sobre duas matérias: o Orçamento e o fundo garantidor da ponte. Eu, inclusive, na minha fala, coloquei aqui e queria fazer uma ponderação com o deputado Sandro Régis: uma vez que nós votamos na comissão e foi votado por unanimidade, desculpe, pela maioria, com apenas a manifestação do deputado Hilton Coelho, que a gente pelo menos – quero pedir ao deputado Sandro – votasse o fundo, porque ele tem uma necessidade também de se adequar ao calendário chinês. E foi por conta disso que nós tentamos, no final do ano passado, votar o fundo. Um grande esforço foi feito pelo vice-governador. Ele tem trabalhado muito nessa questão, porque isso requer, por parte da relação com o país que se propõe a estar nessa Parceria Público-Privada (PPP), também que sejam atualizadas as suas regras institucionais.

Por isso, seria bom se pudéssemos agilizar, deputado Sandro, se pudéssemos votar, já que não dá para votar o Orçamento. Havia um entendimento, nas conversas que nós tivemos, de votar o Orçamento na sexta-feira. Isso daria um tempo maior para que V. Ex.^a e os deputados pudessem se apropriar melhor do Orçamento. Mas, com relação ao fundo garantidor, eu queria pedir a V. Ex.^a que consultasse os deputados da Base da Oposição para que a gente pudesse fazer esse gesto e votar nessa sessão extraordinária – a qual eu solicitei ao presidente, se houvesse, obviamente, a anuência por parte de V. Ex.^a – a apreciação dos dois projetos.

É nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Hoje, após a votação, o deputado Tiago Correia foi procurado por algumas pessoas do segmento, pedindo que ele debatesse um pouquinho sobre o projeto. E ele está aqui ao meu lado, ele vai falar também. Mas ele me sugeriu que nós votássemos a ponte quando se votar o 1º turno do Orçamento, porque aí ele

teria tempo de conversar com as pessoas que o procuraram e querem conhecer melhor o projeto.

Ele está aqui ao meu lado, e vou passar a palavra para ele.

E, em deferimento ao deputado Tiago Correia, eu peço ao deputado Rosemberg que... um dia a mais, um dia a menos não vai fazer diferença, mas fará um pouco de diferença para o deputado Tiago Correia, que foi procurado por algumas pessoas. E ele não se sente confortável em votar tendo lido o relatório da ponte e sendo procurado hoje por algumas federações e associações que queriam debater um pouco com ele.

Então, eu gostaria de que V. Ex.^a passasse a palavra para o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Tiago Correia. Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas.

Sr. Presidente, reforçando o que o líder de nossa bancada, Sandro Régis, falou... E quem acompanhou a reunião conjunta das comissões hoje, pela manhã, pôde ver que houve algumas manifestações contrárias, levantando, inclusive, questões só...

(Interferência na conexão.)

(...) a respeito da ponte. A gente até defendeu que a matéria em questão, que estava sendo apreciada, não era o projeto da ponte, era apenas um dos passos desse grandioso projeto: seria a instalação desse fundo.

Então, algumas pessoas nos telefonaram, inclusive a própria imprensa.

E eu queria fazer uma sugestão, aqui, ao líder Sandro Régis, para ver se consegue construir um entendimento com o líder Rosemberg, que nós pudéssemos apreciar o 1º turno do Orçamento na sexta-feira, e junto com ele apreciaríamos o projeto de lei que ficou, o fundo para a ponte.

Esse é o questionamento que eu deixo para os líderes discutirem, não sei se é possível, mas seria uma sugestão que acredito que daria um andamento aos trabalhos da Casa sem atropelar e sem deixar a sociedade de fora desse debate.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom, como não tem nenhum acordo, eu não posso fazer a convocação da sessão extraordinária.

O deputado Rosemberg e o deputado Sandro, se conversarem, o entendimento que eles construírem é só nos comunicar que a gente irá fazer a convocação da sessão extraordinária, ou votaremos na sessão ordinária.

Como não tem mais nenhuma matéria...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, presidente, presidente... por favor, presidente... Rosemberg!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, veja bem, eu já queria deixar concordado com o deputado Sandro Régis e o deputado Tiago, então, para sexta-feira:

a gente faria essa sessão, talvez, logo às 10 horas. Já ficaria combinado assim. Da minha parte, sem problemas. E é bom porque os deputados ficam todos avisados *a priori*.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro Régis! Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Pois não! Eu estou aqui com o deputado Tiago. Nós vamos consultar todos os membros e se os membros da Bancada da Oposição não se opuserem a votar na sexta-feira, sem problema algum, mas eu não posso falar por todos da bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

O Sr. Sandro Régis: Vou consultar os vice-líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, V. Ex.^a me comunica. Se, por acaso, tiver a...

O Sr. Sandro Régis: O deputado Tiago Correia vai estar encarregado de fazer essa consulta a todos os líderes da bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

Então, me comunica, ou ao deputado Rosemberg,...

O Sr. Sandro Régis: Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) e nós procederemos à votação.

O Sr. Sandro Régis: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como não tem nenhuma matéria constando na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.